

**FATORES QUE INFLUENCIAM NA CONTINUIDADE DE UMA AÇÃO
COLETIVA: O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
COOAFASG DE GUARANIAÇU - PR**

**FACTORS INFLUENCING THE CONTINUITY OF A COLLECTIVE ACTION:
THE CASE OF THE COOPERATIVE FAMILY AGRICULTURE COOAFASG OF
GUARANIASSU - PR**

Andreia Helena Pasini Guareski*
Marlowa Zachow**
Dirceu Basso***
Marinês Luiza Guerra Dotto****

RESUMO

As ações coletivas surgem da necessidade de um grupo de pessoas em conseguir algum benefício comum. Nesse sentido, o cooperativismo tem se mostrado uma opção para a manutenção de produtores da agricultura familiar. Para entender os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva na cooperativa de agricultura familiar de Guaraniaçu-PR, foi conduzido um estudo de caso, realizando entrevistas com os gestores e também com cooperados. Foram sistematizados de acordo com a literatura 16 (dezesseis) fatores que garantem a continuidade da ação coletiva. A COOAFASG tem 11 desses pontos positivos, e mesmo os outros 5 fatores não atendidos, não foram considerados como empecilho para a continuidade da cooperativa, apesar da literatura alertar para perigos futuros. Os cooperados confiam na cooperativa, nos outros cooperados e nas instituições envolvidas. A comunicação flui de maneira aberta. Os produtores são próximos uns dos outros, em alguns casos são inclusive da mesma família, e estão sempre dispostos a cooperar. A cooperativa procura manter sua história viva através de relatos textuais e fotográficos. Existe reciprocidade entre os cooperados, as entidades e a cooperativa. Os fatores que garantem a continuidade estão relacionados ao compromisso que os cooperados tem em manter a organização funcionando, e isso ocorre porque percebem a melhoria na qualidade de vida pessoal, através da associação com outros produtores, reorganização das atividades dentro da família e a possibilidade de revenda de seus produtos com uma renda justa.

Palavras-chave: fatores, continuidade, ação coletiva, cooperativismo, agricultura familiar.

*Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela (UNIOESTE). Professora da FAG e UNOPAR. E-mail: andreiahpasini@hotmail.com

**Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela (UNIOESTE). Professora da UNIOESTE, atuando no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: marlowaz@hotmail.com

***Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br

****Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da UNIOESTE, atuando no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: ml.dotto@terra.com.br



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

ABSTRACT

Collective actions arise from the need for a group of people to achieve some common benefit. In this sense, cooperativism has been an option for the maintenance of producers of family agriculture. In order to understand the factors that influence the continuity of collective action in the family farming cooperative of Guaraniaçú, a case study was conducted, conducting interviews with the managers and also with cooperatives. Sixteen (16) factors that guarantee the continuity of collective action were systematized according to the literature. COOAFASG has 11 of these positive points, and even the other 5 factors not met, were not considered as an obstacle to the continuity of the cooperative, although the literature warns of future hazards. The members trust on the cooperative, in the other members and the institutions involved. Communication flows openly. The producers are close to each other, in some cases they are even from the same family, and are always willing to cooperate. The cooperative seeks to keep its history alive through textual and photographic reports. There is reciprocity between the members, the entities and the cooperative. The factors that guarantee continuity are related to the commitment that the members have to keep the organization functioning, and this is because they perceive the improvement in personal quality of life, through the association with other producers, reorganization of activities within the family and the possibility of resale your products with a fair income.

Keywords: factors, continuity, collective action, cooperativism, family farming.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem grande importância no Brasil, ela produz a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros. Em 2015, 70% dos alimentos consumidos no país foram produzidos pela agricultura familiar (PORTAL BRASIL, 2015). Segundo relatório da ONU no ano de 2014, as propriedades geridas por famílias detêm cerca de 80% da produção de alimentos e ressalta a importância dessas propriedades para o desenvolvimento sustentável e erradicação da insegurança alimentar (ONUBR, 2014).

A agricultura familiar é uma forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país, e é a condição fundamental para que exista sobrevivência para a economia da grande parte dos municípios brasileiros. Assim, a ela é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial, e conseqüentemente dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil (SANTOS, 2001).

No entanto, apesar de sua importância no contexto brasileiro, sua sobrevivência é um desafio constante. É justamente na agricultura familiar que se encontra grande parte dos brasileiros que estão em situação de risco, vivendo abaixo da linha da pobreza (ALTAFIN, 2007).

Porém, um dos desafios que a agricultura familiar enfrenta é a sua permanência no meio capitalista, onde grandes multinacionais dominam o mercado. Como forma de sobrevivência, alguns produtores familiares buscam como solução para o enfrentamento da concorrência a coletividade, através de associações ou cooperativas.

As cooperativas são uma forma de associativismo que tem como propósito reunir produtores com objetivos comuns, potencializando seus resultados, sendo a maneira encontrada por pequenos produtores para obter melhores resultados para suas atividades. Conforme Pinho (1966) as cooperativas tem como objetivo suprir



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

seus membros de bens e serviços e realizar programas educativos e sociais. Segundo a autora as cooperativas se baseiam nos “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”, a saber: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações e dinheiro, neutralidade política, religiosa e étnica e desenvolvimento do ensino.

Neste contexto, o presente artigo teve como objeto de estudo a COOAFASG da Cidade de Guaraniaçu – PR. A cooperativa foi fundada em 2010, devido à necessidade que os agricultores da Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu encontravam para a comercialização dos seus produtos. Como objetivo de estudo tem-se: apresentar quais os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOAFASG de Guaraniaçu – PR.

A metodologia apresentou uma abordagem qualitativa descritiva, sendo desenvolvida através de um estudo de caso, na COOAFASG. A pesquisa classifica-se ainda como de campo, bibliográfica e documental. Os dados primários foram coletados dias 14 e 15/06/2018, foram coletados por 22 pesquisadores que fizeram o mapeamento dos produtores que fazem parte COOAFASG. Os pesquisadores tiveram como apoio a Secretaria de Agricultura de Guaraniaçu além da Emater. Foram realizadas 28 entrevistas com produtores. Além das entrevistas com os produtores, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os gestores da COOAFASG, para buscar informações sobre a história, estrutura e organização da cooperativa. Para a análise, foi utilizado o sistema SPSS, que possibilitou o cruzamento das informações quantitativas, e as respostas das entrevistas permitiram que os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva fossem apresentados.

A justificativa da pesquisa está pautada na importância que a agricultura familiar tem para o Estado do Paraná, sendo responsável por 80% dos estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, além de ser responsável por 40% do valor bruto da produção agropecuária e principal responsável pela produção de alimentos como mandioca, milho, aves, suínos, para o abastecimento interno (PEREIRA, BAZOTTI, 2010). E principalmente na importância que as cooperativas têm para o estado e para as agroindústrias familiares da Cidade de Guaraniaçu. Neste sentido, a COOAFASG vem ao encontro dos agricultores familiares, pois o município tem um número elevado de desempregados, devido a pouca oferta de empregos no local, e ainda pela falta de indústrias no município, que apresenta apenas pequenos comércios que são baseados no trabalho familiar, e ofertam pouca oportunidade (GUARANIAÇU, 2014).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Este artigo está dividido em cinco capítulos a partir da introdução. O próximo capítulo apresenta o referencial teórico que serviu de base para a elaboração do artigo. O capítulo três apresenta o encaminhamento metodológico. O capítulo quatro apresenta os resultados e suas discussões. O capítulo seguinte apresenta as considerações finais acerca do assunto, e finalmente são apresentadas as referências utilizadas para a elaboração desse artigo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar trata-se de uma categoria social, que têm tamanhos e condições sociais diferentes. Sua existência está ligada a forma de escolher e gerir as diversas estratégias produtivas agrícolas. Apesar de sua existência estar fundamentalmente ligada a condições internas, ou seja, a forma como o agricultor e sua família fazem a gestão dos recursos em geral, esses agricultores também são afetados pelo contexto social e econômico (SCHNEIDER, 2016).

Para Abramovay (1998, p. 146): “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento.”.

A agricultura familiar é de grande importância para o país, pois auxilia tanto no desenvolvimento social quanto no desenvolvimento econômico do país. O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância da absorção de emprego e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo. O segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por uma parcela da produção agropecuária, apresentando, em importantes atividades, inter-relações estreitas com o segmento industrial e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio (GUILHOTO, ET AL, 2007).

Neste sentido, a agricultura familiar responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo, e por mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ela desempenha um papel estratégico no abastecimento alimentar, por sua capacidade de resposta na ampliação da produção de alimentos, inclusive em períodos de crises globais (IPEA, 2011).

Complementando, a agricultura familiar traz a oportunidade de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, e possibilita que a atividade econômica esteja em harmonia com o meio ambiente na maior das vezes, e assim, contribuindo para o desenvolvimento dos pequenos e dos médios municípios (LIMA, WILKINSON, 2002).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

No entanto, apesar de sua importância, sua sobrevivência é um desafio. É na agricultura familiar que se encontram grande parte dos brasileiros que estão vivendo em situação de risco, vivendo abaixo da linha da pobreza (ALTAFIN, 2007). Como a agricultura familiar presume que o trabalho vem de mão de obra familiar, em geral a quantidade produzida por essas propriedades não é grande suficiente para se inserir no mercado. Neste contexto, para atender essa demanda de mercado, existem estratégias que podem ser utilizadas para que se possa alcançar um melhor grau de integração na cadeia produtiva, atendendo as exigências do mercado consumidor, quanto a qualidade, ao preço e a disponibilidade. Uma dessas estratégias está pautada nas formas de ações coletivas (BATALHA ET AL, 2009).

As ações coletivas podem ser consideradas as interações sociais que envolvem indivíduos com objetivos comuns que requerem ações conjuntas (HARDIN, 1994). Ela é uma estrutura que requer a coordenação de esforços, evidenciando uma forte interdependência entre os indivíduos envolvidos (SANDLER, 1995; SCHMIDT, 2010). Corroborando, elas podem ser apresentadas como diferentes formas de associativismo, onde os pequenos produtores possuem diversas dificuldades que podem ser superadas por meio das iniciativas coletivas (SACHS, 2003).

A cooperação horizontal tem desempenhado papel importante na fixação do homem no campo e na distribuição de renda nacional, favorecendo formas igualitárias. Conforme Valente (1999) e Martinez e Pires (1999), a cooperação horizontal proporciona um aumento no poder de barganha por parte dos produtores, de forma a agregar valor. Rompem barreiras em mercados específicos, promovem a diversificação e desempenham dessa forma função de destaque na promoção do desenvolvimento (NETO; ZYLBERSZTAJN, 1994).

A ação coletiva como forma de organização, busca a defesa da lucratividade dos participantes, buscando pressionar para mudanças no ambiente institucional, a partir de uma representação dos interesses dos participantes da ação coletiva junto ao governo e a sociedade (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 1998). Dessa forma, a ação coletiva busca melhorias para todos os que fazem parte de sua ação.

A ação coletiva não deve ser entendida como um fenômeno natural, mas sim, como uma construção social, na qual os seus atores estão ligados entre si por uma rede ou um sistema de relações sociais, as quais são permeadas pela cooperação, pelos conflitos e pelas contradições (LISBOA, 2001).

A ação coletiva pode ser definida como a interação entre um grupo de indivíduos que buscam interesses comuns, isso requer uma ação conjunta e não individual, com coordenação de esforços de dois ou mais indivíduos, onde os resultados para uma pessoa dependem da ação das outras (HARDIN, 1994).

A adoção de uma ação coletiva tem se apresentado como uma estratégia viável para os pequenos produtores que tem participado e se envolvido em iniciativas de cooperação horizontal para o desenvolvimento de suas atividades econômicas (PASINI, 2013; SCHMIDT, 2012).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

As estratégias da ação coletiva podem ser classificadas de acordo com a finalidade que se propõe que são: melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos; modificar as relações sociais no interior da população rural e nas relações de poder e influenciar as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação (RAMÍREZ; BERDEGUÉ, 2003).

Além disso, para os autores é possível adicionar outros tipos de objetivos para a ação coletiva que são: o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos; o fortalecimento organizacional; a construção de redes e alianças sociais; e o aprofundamento das normas e valores como reciprocidade, confiança e solidariedade, que contribuem para o alcance do bem estar comum.

É possível assim apresentar a finalidade da ação coletiva no quadro 1 de acordo com os autores.

Quadro 1: Finalidades da ação coletiva

Finalidades da ação coletiva	<ol style="list-style-type: none">1- Melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos;2- Modificar as relações sociais no interior da população rural;3- influenciar sobre as políticas públicas;4- Desenvolvimento das capacidades dos indivíduos;5- Fortalecimento Organizacional;6- Construção de redes e alianças sociais;7- Aprofundamento das normas e valores como reciprocidade.
-------------------------------------	--

Fonte: Ramírez; Berdegué, 2003.

Em 1965, Mancur Olson estabelece pela primeira vez uma explicação econômica para a formação de grupos, na obra “*The logic of Collective Action*” (NASSAR, 2001).

A Teoria da Ação Coletiva de Olson discute as razões que levam os indivíduos a agirem coletivamente, uma vez que poderiam prover suas necessidades individualmente. Este argumento está pautado na afirmação de que essas necessidades individuais teriam mais dificuldade ou seria impossível de se alcançar se não fosse à ação coletiva (OLSON, 1999).

O dilema da ação coletiva segundo Olson (1999) é que mesmo que os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais.

Dessa forma, a ação coletiva somente acontecerá se existirem elementos de coerção ou incentivos individuais, para além do ganho possível com o alcance do objetivo comum. E ainda, o comportamento do indivíduo vai depender das características do grupo (OLSON, 1999).

Assim, não é apenas a necessidade suficiente para fazer o indivíduo cooperar, são necessários mais fatores para influenciar nessa decisão. Neste



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

sentido, para o autor, um indivíduo poderá fazer parte da ação coletiva e não contribuir com ela, e ficar esperando que os outros indivíduos o façam. Esse indivíduo é chamado de *free rider*, um agente racional, que é motivado pelo auto interesse. Sua ação é esperar que os outros cooperassem para a produção do bem comum, e ele irá usufruir o bem sem ter feito nenhuma atividade (OLSON, 1999). O *free rider* é um indivíduo racional que defende seus interesses individuais, ele é egoísta, deseja ganhar com a promoção do bem público.

Em 1973 e em 1985 Granovetter apresenta contribuições para o estudo da ação coletiva. A obra de Granovetter de 1973 *The strenght of wear ties* (A força dos Laços), o autor apresenta a existência de laços fortes e fracos na formação dos grupos, a força do laço é responsável pela maior ou menor possibilidade de ligação entre os indivíduos, influenciando a difusão das informações e a formação de estruturas complexas. Já em sua publicação de 1985 *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness* (Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão), nesta obra o autor apresenta que o comportamento e as instituições estão imersos ou enraizados em uma estrutura social de contínuas relações, que não podem ser analisadas como elementos independentes.

Elionor Ostrom (2007) apresenta também contribuições para a ação coletiva. Em sua obra ela apresenta uma reflexão sobre os motivos que levam os indivíduos a cooperarem em dilemas sociais se eles poderiam ser caronas e se aproveitar dos benefícios gerados pelos demais indivíduos do grupo. Em sua segunda obra, Ostrom apresenta que os fatores reputação, confiança e reciprocidade como fatores que influenciam no surgimento e também na manutenção das ações coletivas. Segundo ela, esses três fatores são influenciados por oito variáveis: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma da divisão de benefícios coletivos; c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face; e) a forma da função de produção; e) a presença de informações sobre as situações passadas; g) a forma como os indivíduos estão ligados; h) a possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo.

Para Ramírez; Berdegué (2003) a sustentabilidade das estratégias da ação coletiva dependem de três tipos de fatores: a) os internos, que são as relações entre os participantes e entre eles e os grupos ou organizações que são responsáveis por canalizar a ação coletiva; b) os fatores externos, que são as relações entre as organizações que realizam a ação coletiva e outros atores que tem uma incidência direta sobre ela; c) fator de contexto, ou seja, que está relacionado com o marco de incentivos, oportunidades e restrições onde nasce, planifica-se e realiza-se a ação coletiva.

Assim as cooperativas constituem uma alternativa de grande interesse para os produtores que acabam por ter maior poder maior poder de negociação na compra de insumos, e na comercialização da produção, e principalmente na busca de incentivos públicos (VALENTE 1999). Em tese, apresentam-se como alternativa



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

importante para os produtores aumentarem sua competitividade no mercado agrícola.

A participação dos produtores em ações coletivas, do tipo associação e cooperativa, tem impacto direto como meio de melhorar a capacidade produtiva e o uso eficiente dos recursos (BATALHA, ET AL, 2004). A cooperação tem uma importante contribuição para a coordenação e para o aumento da competitividade dos sistemas produtivos (SAES; FARINA, 1998).

As cooperativas são organizações onde um grupo de pessoas se une buscando fins comuns. A ideia base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar em conjunto o que individualmente seria muito difícil (CORNELIAN, 2006).

As cooperativas de produção agrícola ou agropecuária são cooperativas de produção que podem ser organizadas pelos próprios trabalhadores agrícolas. Podem ser formadas para utilizar seus recursos de forma comum, ou até mesmo para obter crédito para iniciar suas atividades. Podem ser cooperativas simples, ou seja, onde os trabalhadores se ajudam em algumas atividades da produção, ou podem ser cooperativas integrais, que reúne os associados para a produção desde a fase de produção até a distribuição (PINHO, 1966).

De acordo com Utumi (1982), as cooperativas agrícolas em geral têm como objetivo organizar serviços econômicos e assistenciais de interesse dos produtores. Algumas atividades que as cooperativas podem fazer:

- a) venda em comum, recebendo produtos colhidos ou elaborados, podendo ainda proceder algum tipo de beneficiamento ou industrialização;
- b) fornecimento de bens em geral, seja para realização da atividade do produtor, ou até mesmo bens de consumo pessoal;
- c) proporcionar serviços tais como assistência administrativa, técnica e social;
- d) promover serviços de utilização mútua.

É possível a partir da literatura apresentar os fatores que podem influenciar a continuidade de uma ação coletiva. O quadro 2 apresenta esses fatores.

Quadro 2: Fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva

Confiança Comunicação face a face; Disposição a cooperar; Fatores internos e externos; Função de produção; <i>Free rider</i> ; Forma da divisão de benefícios coletivos; Forma como os indivíduos estão ligados; Grupos maiores e menores; Heterogeneidade dos participantes; Homogeneidade do grupo;	Laços fortes e fracos; Número de participantes envolvidos na ação coletiva; Presença de informações sobre as situações passadas; Possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo; Reputação; Reciprocidade;
---	--

Fonte: Olson, 1999; Ostrom, 2007; Granovetter, 1973; 1985; Ramírez; Berdegué (2003).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Acredita-se que as abordagens teóricas apresentadas são importantes para se compreender os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva. E além desses fatores, compreende-se que em uma ação coletiva tem-se a presença de um líder que influencia nas ações coletivas (NASSAR, 2001), por esse motivo, o líder será considerado um fator de continuidade da ação coletiva. E ainda, é importante destacar que foram escolhidas apenas algumas abordagens que tratam da ação coletiva, mas não se esgota aqui toda a literatura disponível.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este artigo teve como finalidade apresentar os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOFASG de Guaraniaçu – PR. A pesquisa proposta neste estudo apresenta uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo, sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso.

A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva, pois os dados coletados são mais palavras do que números (TRIVINÕS, 1987). Segundo o autor, esse tipo de abordagem tem como foco principal a compreensão, descrição, interpretação dos significados que as pessoas projetam no fenômeno em estudo (TRIVINÕS, 1990). Dessa forma, elegeram-se a pesquisa qualitativa para se compreender quais os fatores influenciam na continuidade da ação coletiva da COOFASG.

Elegeram-se o estudo de caso por tratar-se de investigação de um caso específico, que está dentro do seu contexto da vida real. O estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidência, bem como se beneficia da prévia revisão teórica para condução da coleta e análise de dados (YIN, 2001).

Em relação à coleta de dados, os procedimentos definidos para a pesquisa compreenderam inicialmente o levantamento teórico das ações coletivas, que possibilitou a condução da coleta de dados, e o levantamento dos documentos existentes sobre a história da cooperativa, seu surgimento, classificando a pesquisa como bibliográfica e documental. A coleta de dados mais relevantes se deu a partir da coleta dos dados primários, por meio de entrevistas e questionários realizados com os produtores e gestores da cooperativa.

Os dados primários foram coletados nos dias 14 e 15/06/2018, foram coletados por 22 pesquisadores que fizeram o mapeamento dos produtores que fazem parte COOFASG. Os pesquisadores tiveram como apoio a Secretaria de Agricultura de Guaraniaçu além da Emater. Nos dias citados, os pesquisadores foram subdivididos em cinco equipes que fizeram as visitas nas propriedades. As propriedades foram organizadas de acordo com a proximidade, pelos técnicos da Emater. Cada equipe contava com um guia que conhecia os produtores, e as propriedades. Esse levantamento foi realizado em conjunto com o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. O objetivo de todos os



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

pesquisadores é realizar o levantamento de diversos aspectos elencados durante as aulas do programa.

Após as entrevistas realizadas com os produtores, nestes dias foi possível realizar visitas a 28 famílias que fazem parte da cooperativa. Não foram realizadas mais visitas devido ao tempo na ocasião, e devidos a problemas que impediram alguns produtores de conversar com os pesquisadores.

Além das entrevistas realizadas com os produtores, os pesquisadores realizaram uma entrevista semiestruturada com os gestores da COOFASG, para buscar informações sobre a história, estrutura e organização dos cooperados na cooperativa. Também foi realizada a observação pelos pesquisadores do processo de recebimento, controle e comercialização da Cooperativa.

Para auxiliar na análise, foi utilizado o sistema SPSS, que possibilitou o cruzamento das informações quantitativas, e as respostas das entrevistas que permitiu apresentar os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas as informações coletadas durante as entrevistas realizadas com os produtores, e com os gestores da Cooperativa. Como forma de responder ao objetivo proposto pelo estudo.

A Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu – COOAFASG foi fundada em 16 de janeiro de 2010. Seu surgimento está relacionado à necessidade dos produtores em comercializar os produtos nos canais de distribuição disponíveis. Esses produtores já estavam organizados através de uma associação que se chamava Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu – AAFAMIG, essa associação existe a mais de dez anos. A associação auxiliava na consolidação da comercialização direta dos produtos, tanto para comercialização no segmento institucional, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em que os alimentos são fornecidos para a merenda escolar de ensino infantil e fundamental, e instituições mantidas pelo município; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em que a produção tem como destino a merenda escolar de escolas de ensino fundamental e médio. Além da venda direta dos produtos para os consumidores locais, através do Celeiro do Agricultor.

A história da COOAFASG começa com a AAFAMIG, que surgiu com a necessidade dos produtores de se associarem para revender seus produtos. Inicialmente, os produtores faziam uma feira no centro da cidade, porém ficavam expostos às intempéries do tempo. Conseguiram em parceria com a prefeitura um barracão para que a feira não fosse feita ao ar livre. Porém esse barracão não tinha paredes laterais, apenas uma cobertura. Com o tempo e auxílio da prefeitura e outras instituições fizeram uma estrutura completamente fechada, onde além de estarem protegidos do tempo, também poderiam armazenar móveis e produtos.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

O Celeiro do agricultor iniciou suas atividades no ano de 2005, com 22 associados. O Celeiro foi um projeto desenvolvido em parceria com a prefeitura da Cidade, que cedeu o lugar onde os produtores pudessem deixar seus produtos para que fossem comercializados (NAZZARI ET AL, 2010).

Os produtores começaram a perceber que a associação deveria evoluir, de uma forma que eles pudessem obter maiores benefícios. Segundo eles, a associação trazia benefícios, mas eles precisavam de mais. Neste sentido, observa-se que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas que buscam seus interesses e sua constituição irá permitir melhores condições para se realizar o trabalho (MAPA, 2012). A Lei nº 10.406/2002, em seu art. 53, define associação como: “Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”.

Neste sentido, transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária, é uma alavanca e um mecanismo que apresenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, o que auxilia na melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilita explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente conseguir maior retorno financeiro (MAPA, 2012).

Os associados perceberam que apesar de obterem os benefícios por fazerem parte da associação, poderiam ter mais caso se tornassem uma cooperativa, para eles isso foi considerado uma evolução, um salto, para melhorar suas condições. A cooperativa neste caso é interessante porque ela tem finalidade essencialmente econômica, e tem como principal objetivo viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, ela é adequada para desenvolver uma atividade em média ou grande escala, ou de forma coletiva (CARDOSO, 2014).

Assim surgiu a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu, buscando auxiliá-los os produtores na comercialização de seus produtos, viabilizando seus negócios. A missão é a luta pela sobrevivência no meio rural de forma justa, solidária, e com maior qualidade de vida.

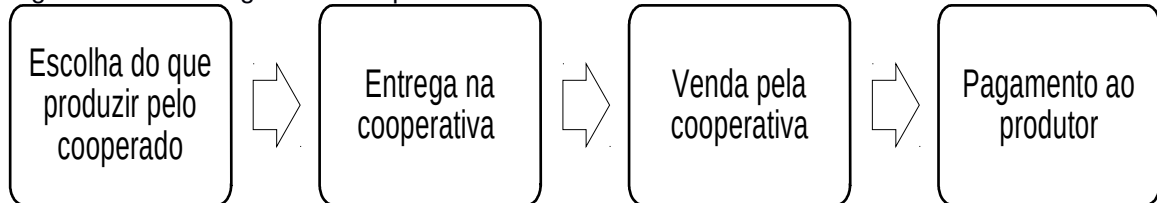
A cooperativa tem hoje cento e cinquenta famílias cooperadas e um centro de comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Celeiro do Agricultor. Iniciativa que beneficia tanto o agricultor por estar vendendo seu produto diretamente, sem atravessadores, bem como a população em geral que tem a possibilidade de adquirir produtos frescos e de boa qualidade direto do campo.

Atualmente a cooperativa colabora com um grande número de produtores rurais, não somente agricultores, mas também agroindústrias familiares rurais. Atua como revendedora de produtos, porém tem um sistema de gestão diferente do que é visto em outras cooperativas.

A cooperativa não compra a produção do cooperado, ela recebe, controla e vende. Quando o produto é vendido ao consumidor final, é feito o acerto financeiro com o produtor. O processo pode ser melhor entendido na figura 1.



Figura 1: Processo geral da Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A escolha do que produzir é feita pelo produtor, porém a cooperativa tenta sempre incentivar a escolha de produtos que não estejam saturados. Conforme os gestores, a tendência do produtor é escolher produções que ele domina melhor, que exigem menor investimento e tem o retorno mais rápido. Exemplos são a alface e mandioca, que são produzidos em abundância na região, portanto a cooperativa pede para não se focarem nessas culturas.

A entrega é feita na cooperativa conforme a demanda. Os produtores se comunicam com a cooperativa, para saber se precisa repor algum tipo de produto. Após essa conversa o produtor realiza a entrega dos produtos. A organização nas gôndolas das cooperativas é feita pelos próprios produtores.

O valor de revenda é definido pelos produtores. A cooperativa auxilia nessa formação de preço, opinando sobre o que os consumidores têm procurado e estão dispostos a pagar, porém a decisão final é sempre do produtor. Conforme esclarecido na entrevista, inclusive, há algumas surpresas. Em algumas situações a cooperativa opinou para baixar um preço, e o produtor manteve o preço mais elevado, e mesmo assim o produto teve excelente saída.

Para o controle, existe além de um sistema de informática próprio, também alguns controles manuais. Conforme os entrevistados isso ocorre por segurança, e também para ficar mais acessível e visível ao produtor. Quando o produto chega na cooperativa, além da entrada no sistema, também é preenchido um bloco manual, com o produto e quantidade. Para que o produto seja comercializado é então impressa uma etiqueta com descrição do produto, código de barra e valor. Cada produtor tem um código de produto (bem como código de barra) específico, sendo controlada a movimentação de cada produto de cada produtor de forma independente. Esses controles podem ser visualizados na figura 2.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Figura 2: Bloco manual de controle e código de barra por produto

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	PESO	UNIT.	VALOR
16	Açúcar		2,00	32,00
2	diag. de ovos		5,50	11,00
9	chicória verde		1,50	13,50
2	Tomate		1,50	3,00
	Bruínas	4,940	5,00	24,70
4	Kagem		3,00	12,00
	alobrinha	6,560	2,00	13,12
	pepino	2,605	2,00	5,21
13	couve		2,00	26,00
	limão	14,000	1,50	21,00
TOTAL R\$				

CUCA DE ROYAL 862
CELEIRO DO AGRICULTOR
R\$ 8.500,00 Prd: 00962
0 000000 033534

ASS. PRODUTOR: _____ ASS. RECEPÇÃO: *Claudio*

Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2018.

No momento da venda, quando é passado o produto pelo caixa, o sistema gera um controle financeiro para pagar ao produtor. Do valor vendido (que foi escolhido pelo produtor) a cooperativa retém 20% (vinte por cento), para que a cooperativa consiga se manter bem como reinvestir e crescer.

A cooperativa tem apresentado sobras, e conforme os gestores, até o momento os cooperados sempre concordaram em manter esses valores investidos na própria cooperativa, ao invés de distribuir. Com esses valores tem sido possível melhorar a estrutura física e a gestão da cooperativa.

Atualmente há 5 (cinco) funcionários contratados e mantidos pela própria organização, mas há ainda 2 (dois) funcionários cedidos pela prefeitura municipal. O apoio da prefeitura se dá através da cessão do espaço onde funciona a cooperativa, sem cobrança de aluguel, IPTU e lixo, e também através desse empréstimo de pessoal que trabalha no administrativo.

Através do estudo feito na história e funcionamento da cooperativa, e das entrevistas realizadas com os produtores e com os gestores da Cooperativa, é



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

possível abstrair alguns fatores para a continuidade da ação coletiva, como pode ser observado no quadro 3:

Quadro 3: Finalidades da ação coletiva

1- Melhorar os ingressos ou a dimensão do bem estar material dos envolvidos	A associação foi fundada com objetivo de melhorar a comercialização de produtos, bem como melhorar as condições de trabalho na comercialização, já que a feira era feita ao ar livre.
2- Modificar as relações sociais no interior da população rural	As relações sociais são modificadas pelo pertencimento à cooperativa de várias maneiras. O papel da mulher e dos filhos na família passa a ser mais atuante, já que eles têm a possibilidade de empoderamento ao exercer novas atividades (agroindústria por exemplo) apoiadas pela cooperativa. A relação entre os agricultores e o urbano passa a ser fortalecida, uma vez que o Celeiro propiciou que os consumidores procurassem os produtos de agricultores específicos, valorizando o trabalho no campo.
3- Influenciar sobre as políticas públicas	A associação e posteriormente a COOAFASG conseguem diversas vantagens com a prefeitura, desde o espaço utilizado pelo Celeiro, bem como funcionários para auxiliar na gestão da cooperativa.
4- Desenvolvimento das capacidades dos indivíduos	A cooperativa tem procurado incentivar a inovação, desafiando os produtores a procurarem novos nichos de mercado, bem como conseguindo parcerias para cursos e treinamentos.
5- Fortalecimento Organizacional	O que antes da cooperativa eram apenas produtores isolados, agora estão unidos em uma única organização, que mantém maior poder de negociação comercial e política.
6- Construção de redes e alianças sociais	A construção da cooperativa permitiu que fossem organizados eventos e cursos para todos os cooperados. Esses momentos propiciam a amizade e troca de experiências entre os produtores. É importante apresentar ainda que os produtores estão se unindo a Secretaria de Turismo da cidade para que seja criado um circuito turístico na cidade, com o objetivo de fortalecer o cooperativismo e as propriedades, principalmente aquelas que possuem atrativos que podem ser visitados por turistas.
7- Aprofundamento das normas e valores como reciprocidade	Foi possível observar que os cooperados tem uma grande preocupação em relação as normas (se pensarmos na parte sanitária da produção de alimentos) e nas normas que estão relacionadas ao funcionamento da cooperativa. O sentimento de pertencimento dos produtores a cooperativa, faz com que os mesmos sigam as normas e regras para que tenham a possibilidade de garantir sua renda e o funcionamento da cooperativa.

Fonte: Ramírez; Berdegué, 2003.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Quadro 4: Fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva

1-Confiança	Os integrantes da cooperativa confiam na cooperativa. Isso é demonstrado através do sistema de trabalho, onde o produto é entregue e só é vendido posteriormente. Outra evidência da confiança é na autorização de reinvestimento de sobras que tem sido de forma unânime desde o início da cooperativa. E ainda a confiança nos órgãos como Prefeitura, Emater.
2-Comunicação face a face	A cooperativa recebe diariamente seus cooperados, estando sempre abertos ao diálogo.
3-Disposição a cooperar	O comportamento dos cooperados demonstra sua disposição, sempre dispostos a auxiliar no que for preciso.
4-Fatores internos e externos	De acordo com o levantamento realizado, os participantes têm relações próximas entre eles, são responsáveis por organizar os acontecimentos da cooperativa, e são atuantes, buscando sempre a coletividade. Em relação aos fatores externos, pode-se perceber que existe uma relação próxima entre a cooperativa, os cooperados, a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) que auxilia em algumas atividades na Cidade de Guaraniaçu, entre a prefeitura, e Emater.
5-Free rider	Os cooperados de uma maneira geral, não percebem que existe a presença do <i>free rider</i> , pois acreditam que todos devem cooperar para que ela continue dando certo. Eles ainda acreditam que se o produtor não entrega, ele que sai perdendo, pois os clientes podem passar a comprar a mercadoria do outro produtor e ele pode acabar perdendo a fidelidade do seu cliente.
6-Forma de divisão de benefícios coletivos	Todas as vantagens conseguidas pela cooperativa estão disponíveis da mesma forma para os cooperados. Porém quem mais participa, acaba tendo maior acesso a essas vantagens.
7-Forma como os indivíduos estão ligados	Observou-se que os indivíduos que fazem parte da cooperativa estão ligados. Em algumas propriedades foram encontrados graus de parentescos com outras, ainda foram encontrados famílias que são amigas de outras, o que apresenta um grau de comprometimento de ambos os lados, pois todos se conhecem e sabem que fazer parte da mesma cooperativa e comunidade.
8-Grupos maiores e menores	A cooperativa pode ser considerada um grupo maior, pois tem mais de 150 famílias que fazem parte da cooperativa. Apesar disso, os cooperados relatam não terem conhecimento da presença do <i>free rider</i> . Para a literatura, ser um grupo grande pode ser considerado um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.
9-Heterogeneidade dos participantes	Observou-se que a maioria dos participantes da ação coletiva tem uma mesma descendência, o que para a ação coletiva pode ser considerado um fator negativo.
10-Homogeneidade do grupo	Observou-se que o grupo é bem homogêneo, que também pode ser considerado um fator negativo, pois a homogeneidade do grupo pode ser responsável pela falta de inovação dentro da ação coletiva.
11-Laços fortes e fracos	Da mesma forma que fora apresentado no item Forma como os indivíduos estão ligados, observou-se que os indivíduos que fazem parte da cooperativa estão ligados. Em algumas propriedades foram encontrados graus de parentescos com outras, ainda foram encontrados famílias que são amigas de outras, o que apresenta um grau de comprometimento de ambos os lados, pois todos se conhecem e sabem que fazer parte da mesma cooperativa e comunidade.
12-Número de participantes envolvidos na ação coletiva	O número de participantes já foi mencionado no item grupos maiores e menores. A cooperativa pode ser considerada um grupo maior, pois tem mais de 150 famílias que fazem parte da cooperativa. Apesar disso, os cooperados relatam não terem conhecimento da presença do <i>free rider</i> . Para a literatura, ser um grupo grande pode ser considerado um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.
13-Presença de informações sobre as situações passadas	A cooperativa mantém um histórico textual e fotográfico, que permite aos cooperados acompanharem a evolução da cooperativa. Isso faz com que os cooperados se mantenham motivados para dar continuidade ao trabalho.
14-Possibilidade de entrar e sair voluntariamente no grupo	A cooperativa mantém a política de livre adesão, sendo possível a qualquer produtor entrar ou sair do grupo quando assim quiser.
15-Reputação	A cooperativa ganhou um patamar de respeito na região, pela organização e confiabilidade do seu trabalho.
16-Reciprocidade	Em relação a reciprocidade, foi possível perceber que existe muita troca em os cooperados, as entidades, e a cooperativa. É notória a interdependência que existe entre eles, e a cumplicidade entre os elos.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

O quadro 4 apresenta os fatores que influenciam na continuidade da ação coletiva conforme fora apresentado no capítulo de revisão de literatura. É importante salientar que, alguns fatores são apresentados por mais de um autor, e que por isso será adotada a mesma explicação. A opção em deixar todos os fatores é para que seja possível visualizar de acordo com as características levantadas por todos os autores utilizados.

É importante apresentar ainda que as políticas públicas são fundamentais para que a ação coletiva tenha continuidade na Cidade. Foi através da prefeitura que os canais de comercialização foram disponibilizados aos produtores e principalmente a possibilidade de comercializar sem a presença de mais elos na cadeia produtiva. Observou-se que os produtores tem uma grande confiança na Emater, na Unioeste, na Prefeitura Municipal e nos órgãos que estão relacionados à prefeitura e que são responsáveis pelo atendimento dos cooperados e produtores.

5 CONCLUSÕES

Esse artigo deve como objetivo apresentar quais os fatores que influenciam a continuidade da ação coletiva da COOAFASG de Guaraniaçu – PR. A história da cooperativa está intimamente ligada a associação dos produtores que existia antes e principalmente a criação do Celeiro do Agricultor. A parceria entre os pequenos produtores e os órgãos públicos foi fundamental para que os cooperados visualisassem uma possibilidade de melhoria de renda, de qualidade de vida, etc.

Observou-se com as entrevistas realizadas que os produtores compreendem a importância dessa ação coletiva para a continuidade de suas atividades no campo. Os fatores apresentados na literatura comprovam que na COOAFASG a cooperativa se mantém justamente porque os produtores acreditam que sozinhos não teriam as mesmas possibilidades.

A cooperativa possibilita aos produtores uma melhoria na qualidade de vida, e uma atuação mais intensa das mulheres e dos filhos, ao exercer novas atividades, por exemplo, dentro da agroindústria.

É notório que a cooperativa influencia as políticas públicas, uma vez que os produtores buscam e conseguem vantagens para a cooperativa, por exemplo, através de cursos, treinamentos, além da presença dos funcionários na cooperativa que auxiliam na gestão.

Existe na associação uma aliança muito forte em os cooperados, eles são incentivados uns dos outros, realizam cursos coletivamente, seguem normas, trocam informações, tem confiança entre eles e estão dispostos a cooperar. Esse fato, é importante, pois ele confirma que os cooperados percebem benefícios quando estão unidos, trabalhando juntos.

Mesmo que a literatura apresente que os grupos grandes tenham a possibilidade da presença do *free rider*, os entrevistados acreditam que todos os



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

cooperados trabalham, uma vez que cada um é responsável pela sua produção, para eles, o *free rider* não teria possibilidade de obter lucros da forma como eles trabalham. Observa-se então, que mesmo sendo considerado um grupo grande, isso não pode ser considerado como um fator negativo para a continuidade da ação coletiva.

São diversos fatores considerados positivos na cooperativa COOAFASG de Guaraniáçu – PR, o que permite a continuidade dessa ação. Os cooperados se sentem motivados e valorizados, eles acreditam que a cooperativa é uma ótima oportunidade para que eles possam comercializar seus produtos, ter um acréscimo de renda, e para algumas famílias, ser a única renda. Dessa forma, é possível compreender que, na visão dos cooperados a COOAFASG sempre terá continuidade, pois, eles reconhecem que ela tem inúmeros benefícios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137–157, 1998. Disponível em: <seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8932/5051>.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **ANAIS DO CONGRESSO DA SOBER**, 42. 2004, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20.

BATALHA, Mário Otávio (Coordenador). **Gestão Agroindustrial**. GEPAL: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, v. 1, 3ed, 2009.

CADOSO, Univaldo Coelho. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2014.

CORNELIAN, A. R. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer**: descompassos, contradições e perspectivas. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf>. Acesso em 25 jul. 2018.

GUARANIÁÇU (2014). Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2014/2015). Disponível em: <http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/PLANOSANGUARANIACU.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, Anpec, 2007.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

HARDIN, R. One for All: **The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agricultura, agricultura em família (2011). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2512:catid=28&Itemid=23. Acesso em 20 jul. 2018.

LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p 85 - 94.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Ações coletivas: o papel das associações de interesse privado no agribusiness**. São Paulo, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Associativismo rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINEZ I. B.; PIRES, M. L. **Cooperativas e desenvolvimento rural: as recentes discussões no campo da “nova geração de cooperativas”**. Perspectiva econômica: v.34 n°46 (série cooperativismo), 1999.

NAZZARI, R.; RAMIRES, A. R.; SOUZA, A. M; OLIVEIRA, E.; OLIVIERA, E. D.; BERTOLINI, G. R. L.; BRANDALISE, L. T.; REIS, M. R.; RAIZEL, T. **A agricultura familiar no Oeste do Paraná**. 2ed. Cascavel: EDUUNIOESTE, 2010.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Edusp: São Paulo, 1999.

ONUBR. (2014). Agricultura familiar é vital para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável globais, diz FAO. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agricultura-familiar-e-vital-para-seguranca-alimentar-e-desenvolvimento-sustentavel-globais-diz-fao/>>. Acesso em 04 set. 2017.

PASINI, A. H. A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR. Toledo, 2013. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade**. 2. ed., rev.amp. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966

PORTAL BRASIL. (2015). Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em 04 set. 2017.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

SAES, M.S.M.; FARINA, E. M. M. Q. Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic Ações conjuntas e novos desafios frente a reestruturação de mercado. In: VIII Seminário Internacional Pensa de Agribusiness, 1998.

SANTOS, M. J. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável.** Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SCHNEIDER, S. a Presença E As Potencialidades Da Agricultura Familiar Na América Latina E No Caribe Presence and Potentials of Family Farming in Latin America and the Caribbean. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11–33, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

UTUMI, A. Comercialização agrícola cooperativa. in PINHO, D. B. (Org.) **Manual de Cooperativismo** - Tipologia Cooperativista. v. 4. São Paulo: CNPq, 1982. p. 67-76.

VALENTE, E. Coordenação via cooperação: uma abordagem histórico-institucionalista. Rio de Janeiro, 1999. (Tese) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 15/01/2019